

Luta pela aprovação fica adiada para mais tarde

Andrei Meireles

Gabinete da Liderança do PMDB: o deputado José Lourenço abre a porta e comunica: — "Vocês podem decidir o que quiserem, mas o PFL não tem qualquer compromisso com essa decisão". Ato contínuo, fecha a porta e se retira para o plenário. O deputado Pimenta da Veiga, que acertava os detalhes finais do substitutivo do pacote fiscal com os relatores e o secretário da Receita Federal, José Accioly Patury, levanta-se e vai atrás de Lourenço.

No plenário, os dois mantiveram uma conversa nervosa, sentados em poltronas isoladas, despertando a atenção de parlamentares e jornalistas. Ao final, Pimenta retirou-se rapidamente, enquanto José Lourenço abria o verbo: "O PFL não é filial de partido algum. Somos partidos coligados. Ou participamos dos entendimentos, das decisões, ou não votamos nada".

A irritação de José Lourenço tinha duas causas: a não aceitação de algumas emendas consideradas essenciais pelos liberais e a marginalização de seu Partido nas negociações com o Governo.

Com 104 emendas nas mãos, os três

relatores de plenário-deputados Irajá Rodrigues, Celso Sabóia e Raimundo Asfora —, com a assessoria do Governo, lutavam contra o tempo e as pressões dos autores das propostas. Enquanto trabalhavam, os demais parlamentares, perplexos e desinformados, aguardavam o início da sessão da Câmara, sucessivamente adiada.

No final da tarde, concluído o substitutivo com a ceitação de algumas das emendas, especialmente a que eleva de 10 para 15 ORTNs a devolução anual do Imposto excessivo; recolhido na fonte, a crise entre o PMDB e o PFL explodiu.

Depois o líder do PMDB se reuniu reservadamente com Lourenço. Ao final, Pimenta disse apenas — "tudo bem". O líder do PFL, por sua vez, comentou que "estamos resolvendo. Eles aceitaram algumas propostas nossas, mas as modificaram. Vamos ver como vai ficar".

Em plenário, mais uma batalha. Mas às 21 horas, sessão foi interrompida para que o Congresso Nacional se reunisse e votasse o decreto-lei da "kombi da alegria" que efetivou como procuradores da República alguns apaniguados do ex-ministro Ibrahim Abi-Ackel.